

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Estrangeiros na cidade. O caso do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto no Brasil.

Edson Miagusko.

Cita:

Edson Miagusko (2009). *Estrangeiros na cidade. O caso do Movimento dos Trabalhadores Sem-teto no Brasil. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1607>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Estrangeiros na cidade

**O caso do Movimento dos
Trabalhadores Sem-teto no Brasil ¹**

Edson Miagusko

Doutor em Sociologia

pela Universidade de São Paulo

mia.eds@gmail.com

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) surge em 1997 e suas práticas políticas, discursos e formas de organização se inserem num campo gravitacional² de experiências próximas ao MST.

Nos últimos anos o aparecimento público do MTST ocorreu a partir da ocupação dos denominados “latifúndios urbanos” na Grande São Paulo e Campinas. Nos últimos anos o MTST promoveu ações em Campinas, Guarulhos, Osasco, São Bernardo do Campo, Taboão da Serra, Mauá, Itapeverica da Serra e Embu.

O MTST surgiu da iniciativa do Movimento dos Sem-Terra (MST) e das discussões ocorridas na Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça, em 1997. No ano anterior o MST concluiu que a crescente urbanização no Brasil deslocara a disputa política da luta pela reforma agrária para as cidades, sintetizados ao final em novo lema: “Reforma Agrária: uma luta de todos”.

O contexto de alteração da “linha política” do MST era duplo: primeiro, o processo de urbanização sucedido nas últimas décadas deslocava a luta pela reforma agrária para a disputa por apoio nos meios urbanos; segundo, o contexto das relações Estado e movimentos sociais impulsionavam os sem-terra ao lugar de principal movimento social no Brasil em oposição às políticas do governo de Fernando Henrique Cardoso. A derrota da greve dos petroleiros em 1995 resultara num quadro de enfraquecimento do movimento sindical que perduraria nos anos seguintes. Nesse contexto, os sem-terra assumiram um papel destacado e depois da Marcha à Brasília suas ações conquistavam inédita simpatia em determinados setores urbanos. Os sem-terra a partir da luta pela reforma agrária passavam a organizar um campo gravitacional mais amplo de práticas e discursos que teriam influência nas cidades. O MTST pode ser visto como originário desse campo gravitacional a partir desse vínculo originário com o MST.

Nos relatos dos integrantes do MTST há um consenso sobre esta relação originária com o MST. Sobre as razões dos sem-terra em impulsionar a criação e os objetivos de um movimento social nas cidades há maior multiplicidade de discursos. A fala de um

¹ O texto apresentando é uma versão resumida de um dos capítulos da Tese de Doutorado que apresentei no programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo em setembro de 2008. Cf. Miagusko, E. (2008) “Movimentos de moradia e sem-teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche”. Tese de Doutorado, São Paulo: FFLCH/USP.

² A expressão “campo gravitacional” é utilizada para assinalar a força de atração das práticas, discursos e táticas do MST sobre outros movimentos sociais nos anos 1990. Como num campo gravitacional, os outros corpos celestes são atraídos por uma massa maior, mas sem necessariamente se fundir à massa que os atrai. Utilizo a expressão para destacar que o MST constituiu um campo gravitacional entre os movimentos sociais nos anos 1990 aproximando-se e afastando-se do outro campo gravitacional da esquerda mais institucional (o PT e a CUT), nos anos 1980.

dirigente do MST aponta a necessidade de um movimento social urbano a partir da constatação do quadro de crescimento acelerado das cidades brasileiras e a críticas ao caráter “municipalista” dos movimentos de moradia e sem-teto³ brasileiros. Outro ressalta o esgotamento das possibilidades de trabalho no Pontal do Paranapanema pela violência dos conflitos na região e a alteração de perfil dos pobres urbanos com suas decorrências no campo. Contudo, a transposição automática de práticas do MST para as cidades acarretou problemas e levou a um duplo movimento: uma autonomia maior dos sem-teto em relação aos sem-terra e um afastamento do MST das decisões do MTST.

“Num primeiro momento – e isso nós avaliamos como um erro – talvez um erro necessário, mas que não pode ser reproduzido, o MTST buscou ser o MST urbano, buscou reproduzir, repetir as formas de luta e de organização do MST no espaço urbano. Deu errado. Quer dizer, uma base social completamente diferente, um espaço completamente diferente, o espaço urbano é loteado, tem concentração de poder político e econômico. (...) O MTST teve alguns troços no início por causa da pretensão de repetir a experiência do MST” (Virgílio, 10/12/2005).

Não deixa de ser interessante que numa década na qual a face urbana dos movimentos sociais no Brasil perdeu a legitimidade da ação sindical seja um movimento rural que procure organizar os estratos mais vulneráveis dos trabalhadores urbanos.

Desse momento inicial de construção, o MTST readequa práticas e amplia sua autonomia. Contudo, a forma de organização do movimento, o esforço em perseguir dimensão mais generalizada de participação nas lutas urbanas, o caráter da formação política, a noção de “latifúndios urbanos improdutivos” referenciam-se no MST.

A nomeação do movimento também procura refletir esse esforço de diferenciação de outros movimentos de moradia. Assim, o MTST não se define como movimento de moradia e, sim, como movimento popular urbano.

O movimento, deste modo, procura aproximar-se de uma prática diversificada da sua ação nas cidades. Certamente este não é o diferencial em relação aos demais movimentos de moradia, até porque vários deles também procuram promover ações políticas para além da questão habitacional. O que constitui um diferencial é a relação com as políticas públicas e as expectativas que nestes marcos haja a possibilidade de resolução da questão da moradia a partir da organização de uma demanda nos programas habitacionais.

A ocupação Chico Mendes

O acampamento Chico Mendes foi uma ocupação promovida pelo MTST em Taboão da Serra, município da Grande São Paulo entre os dias 1 de outubro de 2005 até junho de 2006.

³ Pouco depois da Marcha a Brasília ocorreu a ocupação do Parque Oziel, em Campinas, primeira ação do MTST. Uma das lideranças da ocupação era ex-integrante do MST no Pontal do Paranapanema. Gilmar Mauro, da direção nacional do MST negava que o MST estivesse “exportando” lideranças para as ocupações urbanas, mas se tratava do retorno de um antigo militante para sua origem urbana. Mas, declarava na mesma entrevista “que os sem-teto são “municipalizados” e deveriam ter uma coordenação nacional” (Amaral, 26/07/1997).

A idéia de criar um “cinturão de lutas” na Grande São Paulo a partir da noção de “latifúndios urbanos” fez com que o movimento priorizasse grandes ocupações de terra no entorno de São Paulo. De todas as sete ocupações realizadas pelo MTST até 2007, nenhuma aconteceu na cidade de São Paulo.

A chegada ao acampamento, depois de três meses do início da ocupação, assinala a consolidação dos barracos. Antes de lona, agora de madeira, o espaço se adensou, mas ainda se preservam os lugares de encontro coletivos como a “praça pública” do movimento, ao lado dos edifícios inacabados. É aí que funciona a “ciranda”, denominação da escola infantil do acampamento, a cozinha comunitária, a biblioteca e o espaço das atividades culturais, assembléias e reuniões da coordenação. A biblioteca é o último “equipamento” coletivo inaugurado, espaço dos livros e revistas, com almofadas e tapetes, onde os sem-teto retiram os sapatos para entrar. Por esta disposição a biblioteca é ponto de encontro do acampamento.

O acampamento Chico Mendes contou nas primeiras semanas com mil e trezentas famílias e cinco mil pessoas aproximadamente. Durante o decorrer dos meses esse número diminuiu e ficou na média de trezentas famílias.

A área de 120 mil m² pertence a uma cooperativa habitacional falida chamada Paulicoop e estava com as obras embargadas pela Justiça. O MTST argumentava que o embargo foi motivado porque o suposto proprietário iniciou a edificação sem informar que o terreno não suportaria o peso de grandes construções. Além disso, haveria a cobrança de prestações por futuros moradores que não receberam o apartamento e uma dívida de impostos com a Prefeitura de Taboão da Serra.

No interior da ocupação também foram desenvolvidas ações culturais e de educação. Nestas ações parece haver nítida inspiração do trabalho no MST, dado o peso conferido à formação política, ao tratamento das crianças do acampamento através da creche aberta e da busca de aproximação com contatos que extravazem o círculo primeiro de relações dos integrantes da ocupação. Para isso é conferida especial importância às atividades com os “apoios”, ou seja, apoiadores do MTST sem envolvimento cotidiano com a ocupação, mas que desenvolvem atividades de solidariedade ao movimento nos círculos externos. Assim foram realizados seminários em Universidades, arrecadação de alimentos e fundos, petições públicas aos governantes assinados por intelectuais, personalidades e partidos de esquerda, do Brasil e do exterior.

As marchas são destacadas na dinâmica de formação política. Em menos de trinta dias foram mais de dez marchas: duas passeatas ao Palácio dos Bandeirantes; três em direção à Prefeitura; quatro à Câmara de Vereadores; uma em frente à loja de artigos de luxo Daslu para mostrar de forma pedagógica o contraste social de uma loja de artigos de luxo cuja proprietária estava com problemas com o fisco brasileiro. Esta última ação foi valorizada pelas lideranças pelo aspecto politizador da “experiência pedagógica” do contraste social.

Estrangeiros na cidade

Os poderes locais questionaram a ocupação em Taboão da Serra. O argumento principal era a “inexistência” de sem-teto na cidade que já não estivesse atendido pelos

programas habitacionais e o caráter estrangeiro do movimento. Ao contrário da ocupação de São Bernardo que despertou interesse nacional, em que o MTST se envolveu num embate cujos atores definiam um campo de conflitos complexo, a ocupação Chico Mendes envolveu, sobretudo, os poderes locais de Taboão da Serra, como a Prefeitura e suas secretarias, a Câmara de Vereadores, o jornal local, a vizinhança.

No decorrer dos meses o MTST se apresenta como “novidade” nesse campo de conflitos local. De início o movimento é tratado como ameaça aos vizinhos e o jornal local destaca o discurso do “excedente”:

"O bairro não comporta tanta gente, não temos escolas sobrando e essa gente vai morar sem nenhuma condição de higiene, acho que estamos vivendo um caos", afirmou um morador que não quis se identificar. (O Taboanense, 09/2005).

Na reunião ocorrida com o governo do Estado, através da Secretaria de Habitação e da Casa Civil, o governo municipal levou três movimentos de moradia que afirmavam que os sem-teto da ocupação não habitavam a cidade e o MTST era um movimento estrangeiro a Taboão da Serra. A Prefeitura “reconhecia a legitimidade do direito democrático da reivindicação por moradias”, mas afirmava a prioridade de atendimento às famílias cadastradas:

“a Prefeitura reconhece a legitimidade e o direito democrático da reivindicação por moradias, porém informa que a municipalidade não dispõe de áreas para atender a essas pessoas, e que a prioridade do seu governo será única e exclusivamente na direção a contemplar as pessoas e as famílias, cadastradas, que efetivamente residem na cidade, e que estejam morando em áreas de riscos ou assentamentos precários” (O Taboanense, 10/2005).

A estratégia de uma ocupação que nos seus primeiros dias “incha” e atrai aqueles que se cadastram no acampamento, mesmo que não necessitem de casa, é questionada pelos demais movimentos e pelo Poder Público que costuma tachar o MTST de “movimento importado” (como na ocupação do terreno da Volkswagen em São Bernardo do Campo) ou de “movimento estrangeiro”. Os demais movimentos de moradia também criticam a lógica da ação do MTST que ao priorizar as cidades da RMSP se defrontam com movimentos de caráter localista que mantêm uma relação com o Poder Público de negociação de suas demandas. O movimento assume essa denominação em outra chave:

O MTST vai ser estrangeiro em todo lugar que ele for. Eu vou lhe dizer por quê? Por mais que ele esteja territorializado ele vai ser estrangeiro. Porque o Poder Público municipal está acostumado com movimentos de lógica municipalista. De movimentos que formam sua base em determinado município, em geral com pretensão de eleger um parlamentar numa eleição seguinte, né, ficam mantendo relação de cadastramento, de reuniões, de relação com a Prefeitura e ganham espaço na política institucional da região e vão ascendendo institucionalmente. Os movimentos, de maneira geral, que atuam nessas cidades acompanham a forma de organização política do Estado. Eles acompanham a institucionalidade. Onde houver canais institucionais eles entram. É uma certa lógica. Quando falam que o MTST é estrangeiro o que estão dizendo na verdade é que o MTST é estrangeiro a uma lógica de fazer política. E somos mesmo. E vamos continuar sendo. Em todo lugar que nós formos nós vamos ser estranhos a essa lógica de fazer política. (Virgílio, 10/12/2005).

A crítica à lógica de atendimento das políticas públicas de habitação e o contraponto aos demais movimentos de moradia é aquilo que se considera ser “estrangeiro em qualquer lugar que atuar”. A razão principal é a crítica ao que o MTST define como “institucionalização dos movimentos sociais” que se organizam a partir da ordenação do Estado, dos programas e dos fóruns governamentais. Não há recusa total do movimento em participar destes espaços, mas não há privilegiamento dessa lógica. O contraponto entre o projeto mais avançado, que “construa o poder popular” e outro de lógica “localista” ou “municipalista” não impede a utilização pelo movimento dos conflitos locais como forma de procurar garantir conquistas para seus integrantes. As ocupações servem para procurar inserir o MTST na dinâmica dos municípios o que o leva a se tornar também uma nova força política local.

O aspecto das representações sociais sobre a cidade é revelado de maneira contraditória num dos espaços privilegiados nesta ocupação: a formação política. A utilização de filmes sobre violência urbana, os exemplos que remetem a outros processos de lutas sociais, a utilização de personagens – próximos ao ideário de esquerda introduzem no movimento o que poderíamos denominar como uma “pedagogia desterritorializada”. No encolhimento dos espaços para circulação de experiências, cada vez mais silenciadas e indizíveis, o recurso aos filmes, ao hip hop é um instrumento. Os filmes são os motes para que os integrantes do movimento procurem sistematizar essas experiências a princípio indizíveis e encontrar “saídas coletivas”. A formação política é vista como a segunda escola, que revela o que a educação formal não ensinou ou “escondeu”.

Gestão de ocupação

A ação prioritária do MTST são as ocupações de terra. Entretanto, ao contrário do objetivo de ocupar para pressionar os poderes públicos a estabelecer negociações com o movimento para o tratamento da demanda habitacional, uma das prioridades do MTST tem sido a ocupação das terras para a construção de casas a partir da demarcação dos lotes. Atualmente estão nessa situação os assentamentos de Campinas e Guarulhos. Apesar de serem citadas pelo MTST como ocupações do movimento, algumas entrevistas nos informam que não há mais uma presença organizada nessas áreas.

Isso tem introduzido de um lado um conjunto de conflitos com os poderes locais que, invariavelmente, empurram atribuições entre os vários níveis de poder (municipal, estadual e federal); por outro lado, também impõe ao MTST as dificuldades relativas ao que denominamos “gestão das ocupações”, problemas estes vivenciados pelos movimentos de sem-teto do Centro e semelhantes ao que o MTST se defronta. Isso, no entanto, é visto pelos integrantes do movimento como a essência do trabalho político, uma pedagogia da construção do “poder popular”.

Uma das principais críticas à ocupação de São Bernardo pelos demais movimentos, até mesmo de alguns apoiadores, foi a forma como o MTST mobilizou a demanda não preparada e engajada previamente. Virgílio, atento à crítica se antecipa:

“Muita gente diz que o MTST é movimento que faz ocupação com carro de som, né? (...) É uma tática do movimento. É uma opção. Se a gente quisesse contatar apenas a demanda que a gente organiza no trabalho de base ou a gente fazia um trabalho de base muito mais amplo para organizar milhares de família na base pra fazer ocupação ou a gente ocuparia terrenos menores” (Virgílio, 10/12/2005).

A opção por esta forma de ação procura romper com os limites do discurso comunitário:

“Vou lhe dizer: primeiro essa questão que você coloca de mobilizar o entorno. O processo de ocupação é um processo extremamente formativo. As pessoas, mesmo as pessoas que participaram de um trabalho de base, fizeram dez reuniões com o movimento antes de fazer a ocupação, conhecem minimamente o movimento, a proposta antes de entrar na ocupação, elas vão se formar efetivamente no processo de ocupação. Nós temos o entendimento que a luta tem um caráter formativo gigantesco. A mobilização, a vivência tem um papel na formação que é decisivo, imprescindível. E, nesse sentido, não existe uma diferença tão grande entre aquela base que nós organizamos e discutimos em comunidade e que é vítima do déficit habitacional e a base que é aqui do lado, é vítima do déficit habitacional que a gente não fez nenhuma reunião aqui, mas quando ela viu o povo entrando ela entrou, né. Então, não existe nenhuma diferença fundamental para que a gente exclua essa outra base.” (Virgílio, 10/12/2005).

A forma de enfrentar os oportunistas que não precisam de casa e demarcam lotes para vender depois, é o “combate pelo cansaço”. São as “andorinhas”, os que demarcam o lote, constroem um barraco precário nos primeiros dias da ocupação e não ficam à medida que a ocupação tem a permanência ampliada. As características de uma mobilização permanente, de ações quase diárias da ação política procuram também constituir um coletivo e separar o joio do trigo.

O objetivo principal de uma ocupação, portanto, deixa de ser a conquista imediata, mesmo que o movimento faça ações diárias e negocie com os poderes públicos em vários níveis para conseguir o atendimento da demanda que se agrega nas ocupações. O maior saldo da ocupação é o que se agrega em termos de “consciência” que brota da intensidade das relações políticas na ocupação. Portanto, o tempo de permanência em área é a maior vitória que o movimento pode conquistar. Quanto maior esse tempo, maior a possibilidade de “criar o poder popular” e deixar os saldos futuros nos bairros.

Nessa “gestão da ocupação” o papel que a cultura assume é de fundamental importância. Assim, o MTST confere relevância às atividades culturais utilizadas numa espécie de pedagogia desterritorializada para aproximar os sem-teto ao discurso do movimento.

No entanto, as fronteiras e os limites são muito tênues e estão inseridos neste contexto do desmanche e no “encolhimento do possível” desta cena pública.